



Reunião ordinária – Ata n.º 16/2017

Data 2017-07-17

Início 14.33 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 15.48 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Sara Catarina Marques Costa
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 2017 -----

BALANCETE -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

**N.º 01 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017
(24/PPRC/PR/2017)-----**

**N.º 02– PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AUTORIDADE NACIONAL DE
PROTEÇÃO CIVIL (4388/ENTE/DAJA/2017 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----**

**N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE JUNHO DE 2017 (78/PGEN/PR/2017 -
15/DIVER/PR/2013) -----**

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:-----

N.º 04–MONITORIZAÇÃO DO RIO NABÃO (361/PGEN/DAJA/2017-48/DIVER/DAAOA/2013)

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

**N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO
DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (23/PPRC/PR/2017) -----**



- GABINETE DE COMUNICAÇÃO:** -----
- N.º 06 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – junho de 2017 (17/PGEN/GC/2017)** -----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 07 – EMPREITADA DE SANEAMENTO DE PAVIMENTOS EM VALE FLORIDO - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS - receção definitiva (39/PGEN/DOM/2013 - 4/CONPUB/DOM/2013)**-----
- N.º 08 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE PAVIMENTO ANTIDERRAPANTE COLORIDO JUNTO À QUINTA DOS ENCANTOS, EM ALVITO - receção definitiva (59/EMPR/DOM/2017 - 74/CONPUB/DOM/2013)**-----
- N.º 09 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Associação MG Memorial Mendes Godinho (3950/ENTE/DAJA/2017 - 1/VIATEQ/DOM/2013)**-----
- N.º 10 – CEDÊNCIA DE ESTRADOS À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS (4122/ENTE/DAJA/2017 - 9/ASSCUL/DTC/2014)**-----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (123/PGEN/DGT/2017 - 472/DIVER/DGT/2017)**-----
- N.º 12 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (3648/ENTE/DAJA/2017 - 445/DIVER/DGT/2017)**-----
- N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (4317/ENTE/DAJA/2017 - 446/DIVER/DGT/2017)**-----
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:**-----
- N.º 14 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Ana de Jesus Simões Antunes (3699/ENTE/DAJA/2017 - 2/EXPRO/DAJA/2015)**-----
- N.º 15 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Eurozêzere limitada (3/EXPR/DAJA/2015 - 3/EXPRO/DAJA/2015)**-----
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----
- N.º 16 – PREÇO DE VENDA DO CATÁLOGO DE 22 FOTOGRAFIAS DE ANTÓNIO SILVA MAGALHÃES (81/PGEN/DTC/2017 - 8/DIVER/DTC/2014)**-----
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----
- N.º 17 – X TORNEIO INTERNACIONAL DOS TEMPLÁRIOS – apoio dos Bombeiros Municipais (3017/ENTE/DAJA/2017 - 1/APOIOS/UDJ/2014)**-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----****N.º 18 - UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (3984/ENTE/DAJA/2017 - 8/CEDESP/UDJ/2014)-----****N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR– Associação de Patinagem do Ribatejo (4113/ENTE/DAJA/2017 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----****N.º 20 - APOIO AO X TORNEIO INTERNACIONAL DOS TEMPLÁRIOS (8077/ENTE/DAJA/2016 - 4/CEDESP/UDJ/2014) -----****EXPEDIENTE:-----****N.º 21 - NOMEAÇÃO DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO ARMAZÉM DE FITOFARMACÊUTICOS DOS SMAS (4055/ENTE/DAJA/2017) -----****N.º 22 - TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTAL EM 2015 E 2016 (4400/ENTE/DAJA/2017)-----**

Sendo catorze horas e trinta e três minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente deu conta de ter sido realizada uma reunião extraordinária da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que contou com a presença da Polícia Judiciária, dado o elevado número de ignições que se têm verificado no concelho, centrado numa determinada área; a Polícia Judiciária, a GNR e os militares irão manter-se vigilantes. Comunicou que, para monitorizar a situação, o Município encetou negociações extra ANPC para manter e reforçar a presença de militares no terreno, estando prestes a chegar a acordo.-----

O Sr. Vereador Bruno Graça referiu o problema recorrente da falta de água na Sabacheira, agravado pelo tempo quente e pelas cada vez maiores deficiências na rede de abastecimento. Enalteceu o incansável trabalho levado a cabo pelos trabalhadores do Município que permitiu resolver parte desses problemas e assegurar o fornecimento de água às populações. Como as imagens valem mais do que mil palavras, apresentou dois pedaços de tubo retirados no âmbito dessas ações, para poder verificar-se o estado em que se encontram, completamente entupidos de resíduos. Salientou que este não é um problema exclusivo da Sabacheira e é comum às zonas do concelho abastecidas a partir da captação da Mendacha, onde estas questões se colocam, de forma constante nalguns casos, esporadicamente noutros, mas sempre com enormes prejuízos para o Município e para as populações. Apesar das diligências encetadas junto da EPAL para operacionalizar o abastecimento de água a partir da captação da Asseiceira ainda só se concretizou nalgumas zonas do concelho e a empresa tem estado a



adiar a implementação do projeto, com todos os inconvenientes e prejuízos que a situação acarreta para os consumidores, para os SMAS e para o Município que, inclusivamente, paga a água que utiliza para promover a limpeza das condutas. Defendeu que é uma matéria que tem que ser agarrada com muita determinação e vontade de ultrapassar estes problemas e vencer a sua resolução junto da EPAL. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que o Sr. Vereador Bruno Graça expos um problema grave e importante para o concelho que precisa de ser resolvido, e também apontou a solução, que passa por pressionar a EPAL e exigir-lhe que resolva o problema do abastecimento em alta, que está na origem dos problemas da rede em baixa, sem deixar de ter em conta os inerentes custos financeiros e sociais. De seguida, abordou a situação da saúde do concelho e a questão da aquisição do TAC para a Unidade Hospitalar de Tomar salientando que a atual situação não é minimamente aceitável para os doentes que precisem de realizar uma TAC, nomeadamente os que são submetidos a cirurgias programadas, perante eventuais problemas pós-operatório. Como vem repetindo há anos, ninguém entende porque é que ficou tudo em Abrantes e porque é que a unidade que melhores condições oferecia acabou por ficar para trás e ser a mais prejudicada; o desmantelamento do Hospital de Tomar começou com a Cardiologia e, na altura, ninguém reagiu; o arrastar da situação penaliza as pessoas e alguém devia pedir responsabilidades ao Estado; não pode estar em desacordo com as pessoas que defendem que, para estar assim, mais valia privatizar porque, se calhar, podiam ter cá as condições todas; percebe que os recursos não são largos e que tem que haver opções, mas a saúde é uma área prioritária e precisa de uma intervenção objetiva e não de uma intervenção de cosmética, como muitas vezes acontece; fala-se da TAC quase há um ano e ninguém percebe porque é que só vem em novembro; não chega que a decisão esteja tomada; alguns Conselhos de Administração foram uma autêntica desgraça; é fundamental ao ser humano ser sensível e se quem está à frente destes órgãos não tem esse lado humano não serve para gerir a saúde; as áreas social e da saúde são fundamentais e a sensibilidade e o humanismo têm que ser regra básica. Referiu que o Hospital de Tomar foi construído de acordo com um programa funcional, para servir Ferreira do Zêzere, Ourém, e Ansião, na lógica de ter Coimbra como referência e depois haver Tomar, Leiria e Castelo Branco que abrangiam toda esta zona do Pinhal até Coimbra, mas, depois, alguém, por outros interesses que foram preponderantes (em vez de passar em Tomar e Torres Novas, a A1 foi dar cabo da Serra de Aire para ir direta a leiria, o que também prejudicou Tomar e o seu tecido económico) voltou-se para baixo e em vez de ter Lisboa como referência escolheu Abrantes, sem que este hospital tivesse as



condições necessárias para dar resposta a tudo isto; as decisões na área da saúde não deviam ser politizadas e deviam ter em conta os interesses das populações; se os três hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo tivessem medicina interna, urgência médico-cirúrgica e pediatria, como sempre defenderam, se calhar estavam resolvidos oitenta por cento dos problemas nas diferentes regiões. Pediu que se questione, claramente, quem de direito sobre a vinda da TAC e sobre o Hospital de Tomar começar a ter as condições que a população foi perdendo e merece; isto não tem nada a ver com o pessoal médico, técnico ou de enfermagem porque são excelentes em qualquer dos hospitais e não fazem mais porque não podem, mas as condições são o que são e penalizam essencialmente a população de Tomar e quem se serve de Tomar, que, muitas vezes, se vê obrigada a procurar outras soluções; devem lutar para que seja alterada esta realidade e melhorada a situação da população de toda esta região. -----

A Sra. Presidente disse que, em relação à Unidade Hospitalar de Tomar todos partilham da ideia e sentem que estão a perder; alguma coisa já foi feita quanto à medicina interna, mas o dano tinha sido muito grande e ainda há muito para recuperar. Quanto à TAC, disse que não comunga da ideia de que é uma decisão politizada; é sim uma decisão economicista; como é público, esteve parada no Ministério das Finanças, meses e meses, para ser concedida autorização ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar para lançar o procedimento; estarão todos de acordo que se obtenha de fonte segura informação sobre a data prevista para entrada em funcionamento da TAC na Unidade de Tomar. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão prestou as seguintes informações sobre as duas deslocações que efetuou em representação da Sra. Presidente e do Executivo Municipal: -- a Ponferrada, no âmbito da realização da sua festa templária, que se realiza há mais anos do que em Tomar e é, por isso, já uma experiência um bocadinho mais conseguida; entretanto, como já é habitual, fruto do trabalho que está a ser desenvolvido no projeto comum da Rede de Cidades Templárias Europeias, Ponferrada assegurará uma representação bastante grande na Festa Templária de Tomar; -- a Ponta Delgada, no âmbito do protocolo que aqui foi aprovado estabelecer com aquele Município, e paralelamente com Alenquer, no âmbito das festas do Espírito Santo, com o objetivo de dar início a um trabalho conjunto que permita a criação de movimentos culturais e turísticos e também a concretização de uma candidatura das festas do Espírito Santo a Património Imaterial da Humanidade; participou em momentos das festas de Ponta Delgada e em iniciativas de outro cariz, e abordou a questão da candidatura, avançando com a proposta de adoção de um modelo semelhante ao que está a ser seguido no âmbito da



rede de Cidades Templárias, de que Tomar é cofundador; convidou o Município de Ponta Delgada para estar presente com as sopas do Espírito Santo no próximo Congresso da Sopa.--

O Sr. Vereador João Tenreiro interveio na sequência da intervenção do Sr. Vice-Presidente. Começou por recordar que, há uns anos, teve lugar uma presença municipal em Troyes que originou um requerimento dos vereadores do PSD no sentido de conhecerem as despesas envolvidas, a constituição da delegação e os objetivos concretos dessa deslocação, o qual, até à data, não foi respondido. **Requereu** um relatório escrito da visita a Ponferrada que refira nomeadamente quem foi e com que objetivo, o que foi feito em concreto e quais as despesas envolvidas. Da informação prestada quanto à deslocação a Ponta Delgada, parece-lhe que o objetivo será uma candidatura conjunta das festas do Espírito Santo (Festa dos Tabuleiros) a Património Imaterial da Humanidade, mas é preciso que esclareçam o género e os moldes em que a candidatura será feita, e também porque é que não foi ninguém da comissão central, nomeadamente o mordomo, que poderia dar um valioso contributo a essa visita. Lembrou que os vereadores do PSD ainda aguardam o relatório e contas da Festa Templária do ano passado e **requereu** idêntica informação sobre a edição do corrente ano. Referiu que têm conhecimento que houve um ajuste direto de setenta e cinco mil euros a uma empresa de Santa Maria da Feira, mas terá havido outros custos associados a esta festa que importa conhecerem. Salientou ainda que o evento correu bem e trouxe muita gente, mas não pode deixar de sugerir e recomendar que este evento, tal como outros, sejam promovidos no âmbito de um plano municipal de turismo; por muito boas intenções que tenham ao promover eventos e atrair pessoas a Tomar, a inserção num plano municipal terá vantagens porque serão feitos contatos diretos ou indiretos com agências de viagens, com operadores turísticos e com instituições nacionais, europeias e até mundiais, como é o caso das organizações templárias; um evento realizado no âmbito de um plano tem mais sucesso do que se for feito de forma isolada, que pode ter efeito imediato mas depois fica esquecido. Referiu que da esplanada junto ao parque infantil pode verificar o estado lamentável em que se encontra a casa Vieira Guimarães; tem sido propaganda desta governação termos uma ORU, uma ARU e medidas de reabilitação para o centro histórico, mas têm que dar o exemplo; os vereadores do PSD recomendaram a pintura do edifício antes da última Festa dos Tabuleiros, que não se concretizou e, dois anos depois, quem se senta naquela esplanada pode notar e constatar o aspeto que oferece aquele imóvel de interesse municipal, situado numa zona nobre da cidade, património municipal; podem engalanar muito bem a cidade para um determinado momento,



mas é melhor se puderem tornar a cidade bonita por mais tempo; os turistas observam essa questão e devia haver um cuidado maior a esse nível por parte da atual gestão. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão passou a responder à questão da deslocação a Ponta Delgada. Informou que o anterior mordomo da Festa dos Tabuleiros foi abordado no sentido de poder acompanhar a presença municipal naquele concelho e declinou porque, formalmente, terminada a festa, não existe mordomo nem comissão central; é algo que terá que ser equacionado porque a festa acontece de quatro em quatro anos e acaba por haver um período largo de uma certa ausência a este nível. Conforme aqui referiu em momento anterior, o processo de candidatura a Património Imaterial da Humanidade é complexo, demorado e envolve regras muito restritas, nomeadamente que os países europeus só podem apresentar uma candidatura a cada dois anos; é a delegação portuguesa na UNESCO que decide qual é a candidatura que apresenta e existem várias candidaturas em lista de espera; não lhes interessa que a Festa dos Tabuleiros tenha o rótulo de Património Imaterial da Humanidade e, na prática, isso não represente e traduza efeitos concretos no dia a dia da nossa cultura e da nossa economia; se conseguirem envolver o Brasil, a candidatura assume uma dimensão transnacional, não sujeita à regra dos dois anos, assim como permite a criação de outras sinergias e de outros fluxos turísticos, como já verificaram na questão templária e judaica; também há um peso muito grande ao nível das comunidades emigrantes nos EUA e Canadá, que também praticam estas festas. Referiu que já houve em Portugal várias tentativas de classificação que falharam porque não tinham uma componente académica e científica e já há algum trabalho feito nesse sentido com Ponta Delgada e com Alenquer; no continente, não há muitos sítios onde ainda exista a prática destas festas (há uma freguesia no concelho de Sintra e estão a indagar uma outra no concelho de Coimbra) mas está em curso esse trabalho de pesquisa; privilegiaram Ponta Delgada porque é a capital da região, mas a tradição até é mais vincada na Ilha Terceira; no Brasil, há dezenas de cidades que têm essa tradição, que remonta à época da Ordem de Cristo; é um caminho precisam de trilhar, com alguma calma e perseverança, para constituírem uma rede que depois possa fazer este trabalho conjunto; os próximos tempos terão que ditar como é que a vão formalizar sendo certo que, como adiantou, propôs aos municípios de Ponta Delgada e de Alenquer a aplicação do modelo adotado para a Rede Europeia das Cidades Templárias, apesar de também oferecer algumas dificuldades, nomeadamente se envolver a constituição de uma associação de municípios; ainda há muito a fazer, mas pretende-se uma candidatura representativa das várias expressões que as festas do Espírito Santo ganharam nos diferentes locais porque dá uma



outra escala e uma outra riqueza a esse património e também porque, em termos práticos, permite passar ao lado da regra de Portugal só poder apresentar uma candidatura a cada dois anos. -----

O Sr. Vereador António Jorge começou por mostrar a sua preocupação face ao problema que foi apresentado pelo Sr. Vereador Bruno Graça no início da reunião pois está em causa o abastecimento de água às populações e é uma situação que não lhes pode passar ao lado; se interpretou bem o que foi dito, é um problema que decorre de um contrato com o fornecedor de um bem essencial para as pessoas sendo certo que a história conta que, em situações normais, o abastecimento de água às diversas localidades do Concelho foi sempre um problema de difícil solução; com o verão a decorrer, as pessoas precisam e não podem ficar sem este bem essencial. Referiu que a Festa Templária foi um sucesso; continuam à espera de saber quanto é que custou ao Município, mas a verdade é que, todos os anos, acabam por contratar os serviços de uma empresa fora do concelho; segundo julga saber, também a reconstrução de uma casa na rua do Pé da Costa de Baixo está a ser feita por uma empresa de construção civil com sede no concelho de Santarém; existem no concelho muitas empresas e profissionais da área que têm essa legítima capacidade de execução, pelo que se justifica questionar porque é que os serviços são adjudicados a empresas de fora; Tomar vive muito do turismo nesta fase do ano, mas o turismo não aguenta os doze meses, e se tentam captar investidores para o concelho também têm que acarinhar aqueles que cá estão. -----

A Sra. Presidente referiu que a situação que aqui foi trazida pelo Sr. Vereador Bruno Graça está relacionada com a fonte de captação de água: o concelho de Tomar é servido pela captação da EPAL na Asseiceira e pela captação da Mendacha (Sabacheira, Carregueiros, parte da Madalena e Beselga e parte da Pedreira); há cerca de ano e meio, deixou de existir a Águas do Centro e passou a existir a Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ignora se, neste momento, já será Águas de Vale do Tejo porque as assembleias têm sido constantemente adiadas); a questão tem anos e anos e, dito pelos técnicos, coloca-se na forma de captação na Mendacha porque os chupadores estão muito em baixo, precipitam e levam ao depósito deste tipo de resíduos nas tubagens; quando tomaram posse, reuniram com a Águas do Centro e apresentaram o problema, mas nunca fizeram nada ou sequer admitiram o problema, apesar de constantemente lhes enviarem fotografias e os chamarem ao local; quando se verificou a transição para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, foi acertado concretizar o abastecimento de água a partir da captação da Asseiceira para todas as áreas do concelho onde tal fosse possível de imediato, o que foi feito; ainda há zonas do concelho onde isso não acontece porque é



necessário um projeto e ele não está feito na sua totalidade; sendo um investimento elevado, é intenção da Águas de Lisboa e Vale do Tejo a sua inclusão no respetivo orçamento para dois mil e dezoito. Referiu que o problema da Sabacheira é recorrente e se está a agravar; é impossível que naquelas tubagens passe água, para além de que o diâmetro das condutas colocadas em obra é menor do que o diâmetro que foi contratado e pago, o que ainda agrava mais a situação. Recordou que, o ano passado, foi tentado que a Sabacheira passasse a ser abastecida pela empresa Be Water, que assegura o fornecimento de água ao concelho de Ourém, mas não foi possível chegar a acordo e apenas solucionaram a situação durante algumas semanas, sendo certo que essa ligação também não resolveria o problema na totalidade devido ao estado das condutas, de que é exemplo o pedaço de conduta retirado esta semana, que o Sr. Vereador Bruno Graça trouxe e está à vista dos presentes. Deu conta que, primeiro, foi tentado desobstruir as condutas, mas isso não se revelou possível e decidiram cortar e substituir pequenos troços das condutas, nomeadamente a que abastece o maior número de pessoas da freguesia, com a extensão de dois quilómetros; não sendo esta ligação em alta competência dos SMAS, ou paravam e não faziam nada e as pessoas ficavam sem água, ou avançavam com um plano que lhes parece que vai minimizar os danos junto da população, servindo também como forma de pressão para que a Águas de Lisboa e Vale do Tejo assuma a substituição da conduta, sendo certo que o problema do depósito de detritos nas condutas se coloca também noutras zonas do concelho abastecidas pela Mendacha, a par da evidência de serem condutas muito antigas, algumas das quais, se calhar, em fibrocimento. Salientou que vai ter que ser feito um esforço para proceder à substituição das condutas e vai ter que se encontrar uma solução pois, pelo menos até agora, só existem fundos comunitários para fecho de redes; terá que ser feita pressão perante a AdLVT para que coloque estas obras no seu orçamento para o próximo. Mudando de assunto, disse ao Sr. Vereador António Jorge que as obras em curso nos edifícios da rua do Pé da Costa de Baixo e da rua Gil Avô, são financiadas pelos fundos comunitários e o procedimento de contratação é obrigatoriamente por concurso público; depois de lançado na AcinGov (plataforma eletrónica de compras públicas) e definido o preço mais baixo como fator de adjudicação, têm que deixar o mercado funcionar, não podem direcionar nem privilegiar as empresas do concelho. Referiu que a obra de cobertura das estruturas arqueológicas das termas romanas situadas junto ao Pavilhão Municipal está a ser executada por uma empresa de Tomar. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça referiu que esta questão da água tem que ser muito bem analisada e profundamente discutida; um dos problemas que se colocam tem a ver com a



assunção de responsabilidades por parte da EPAL relativamente ao estado em que se encontram as tubagens, pois alegam que as mesmas integram a rede em baixa e querem empurrar os custos da sua substituição para o Município de Tomar; na verdade, como disse o Sr. Vereador António Jorge, a raiz do problema está no fornecedor mas é o comprador que tem em mãos o problema e a sua resolução, que deve envolver muitas centenas de milhares de euros; é preciso ter muita atenção e esgrimir muito bem os argumentos porque o que é verdade é que as condutas estão assim em vários sítios; a semana passada aconteceu em Monchite, Chão de Maças e Casas de Além, mas, mesmo nas zonas que já são fornecidas a partir da captação da Asseiceira, as incrustações estão lá (neste momento, na Venda Nova, por exemplo, há quase tantas ruturas como na Sabacheira); objetivamente, toda a rede em baixa está altamente danificada e há que exigir da EPAL a substituição desta rede, que está assim porque o produto que ela forneceu produziu exatamente isso e o Município não sabia que tal acontecia; é evidente que a EPAL irá dizer que não tem grande culpa, ou nenhuma, porque a situação transitou da Águas do Centro, mas as questões têm que ser bem analisadas e fundamentadas, e é preciso que as coisas comecem a avançar; o Ministério das Finanças levou meses a desbloquear as verbas para aquisição do TAC para o Hospital de Tomar, e, se calhar, a EPAL também precisa que o Governo desbloqueie verbas para poder avançar com o projeto, mas é imperioso que o Município se una para conseguir travar e ganhar esta batalha.-

A Sra. Presidente sublinhou que não podem aliviar a pressão até que o assunto esteja resolvido.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu-se à questão do fornecimento de água evidenciando que o Sr. Vereador Bruno Graça acabou por dar razão à EPAL quando disse que o problema era na rede em baixa. Adiantou três notas fundamentais que devem nortear as negociações: - o fato de a estrutura em alta que fornece o país ter sido assumida, neste caso pela Águas de Vale do Tejo, EPAL ou o que seja e, portanto, a responsabilidade da Águas do Centro ter sido transferida para outra entidade e não para a Câmara Municipal, pelo que têm que assumir as responsabilidades que couberem à anterior entidade; - o cuidado a ter em relação ao projeto em alta que estão a elaborar porque é esse projeto que vai decidir qual é a responsabilidade que cabe àquela entidade; ao ser aceite pela Câmara Municipal, dificilmente se livram do que for para além disso; por último, a evidência de que a situação que acontece em baixa é consequência do fornecimento em alta e da sua responsabilidade direta. No que se refere às festas do Espírito Santo, à Festa dos Tabuleiros e à questão do Mordomo e da Comissão Central, começou por manifestar o seu total acordo ao trabalho que está a ser desenvolvido



com Ponta Delgada e com o Brasil porque já há muito que é ponto assente que dificilmente a Festa dos Tabuleiros por si só chegaria a Património Imaterial da Humanidade; é um evento muito próprio de Tomar e não há grandes tradições a esse nível por esse mundo, mas sempre esteve englobada nas festas do Espírito Santo e há muito tempo que quem se dedica a estes estudos defende que é nesse âmbito que a Festa tem mais hipóteses de chegar a Património Imaterial da Humanidade. Referiu que o Mordomo é eleito ou nomeado pelo povo em sessão realizada nos Paços do Concelho e termina o seu mandato com o término da Festa e a apresentação das respetivas contas; quer se queira quer não, o João Vital terminou o seu mandato e não há dúvida que devia haver uma comissão central sempre ativa; seria altura de se dedicarem a este assunto e de a Sra. Presidente encetar contatos com aqueles que, pela sua dedicação, experiência e conhecimento, em diálogo com o Município, muito podem contribuir para concretizar o objetivo de tornar as festas do Espírito Santo Património Imaterial da Humanidade e assegurar o elo de ligação com o futuro Mordomo da Festa; dentro de um ano e poucos meses a população será chamada a decidir quem é o Mordomo da próxima Festa e, até lá, ficaria muito bem se conseguissem aqui deliberar, por unanimidade, a constituição de uma comissão central, que não precisa de ser muito grande, que esteja sempre em atividade, a trabalhar entre festas, no Museu da Festa e, em interação com o Município, no desenvolvimento desta candidatura que, como disse o Sr. Vereador Hugo Cristóvão, obriga a contatos exploratórios e depois a contatos com as entidades de cada país ou de cada região com vista à constituição da comissão que desenvolverá o trabalho de natureza científica que fundamenta a candidatura junto da UNESCO; em sua opinião, é um trabalho que irá dar os seus frutos; por respeito às pessoas, devem tentar reunir nos bastidores o maior consenso possível em relação aos nomes a indicar para a comissão central que se pretende, no entendimento de que são pessoas enraizadas na Festa dos Tabuleiros, a que se dedicaram, e serão dignos representantes do Município e do povo de Tomar numa qualquer organização relacionada com as festas do Espírito Santo. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia dezanove de junho de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:
BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de



fundos de Tesouraria Municipal, do dia catorze de julho de dois mil e dezassete, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e seis euros e vinte um cêntimos (2.579.376,21€) em Operações Orçamentais, e cento e dezoito mil, quarenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos (118.041,84€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017 -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "Para permitir o agendamento e tomada de deliberação referente à revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, proponho à Câmara Municipal que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar, delibere tornar pública a reunião de 31 de julho de 2017."-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou tornar pública a reunião de 31 de julho de 2017, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02– PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Município de Tomar, estabelecendo formas de cooperação mútua que visam o melhor desempenho das respetivas atribuições no âmbito da proteção e socorro em situações que ocorram durante os dispositivos previstos na Diretiva Financeira da ANMP em vigor, aprovada anualmente, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido protocolo nos seus precisos termos, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE JUNHO DE 2017 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 178/2017 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro do Município no mês de junho do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as



cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 4.357,50€ (quatro mil, trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos). -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DOS SENHORES VEREADORES DO PSD:-----

N.º 04 – MONITORIZAÇÃO DO RIO NABÃO -----

Foi presente proposta dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge para exigir ao Ministério do Ambiente um plano de fiscalização e monitorização para controlar o que se está a passar no rio e conhecer os focos de poluição, quer com vídeos quer com recolha de amostras em locais que, à partida, já estão assinalados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em junho e julho pela Sra. Presidente e pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas d) e ee), e w), y) e tt) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente.-----

Foram ainda presentes os despachos efetuados em junho e julho pela Sra. Vereadora Sara Costa, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do referido artigo 33.º e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

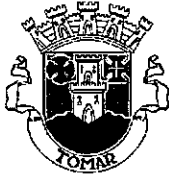
GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----

N.º 06 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – junho de 2017-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de junho do corrente ano. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 26,00€ (vinte seis euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----****N.º 07 – EMPREITADA DE SANEAMENTO DE PAVIMENTOS EM VALE FLORIDO - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS - receção definitiva-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3319/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de saneamento de pavimentos em Vale Florido, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida definitivamente, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 16 de maio para efeitos de receção definitiva da referida obra. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 08 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE PAVIMENTO ANTIDERRAPANTE COLORIDO JUNTO À QUINTA DOS ENCANTOS, EM ALVITO - receção definitiva -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3484/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva da obra de aplicação de pavimento antiderrapante colorido junto à Quinta dos Encantos, em Alvito, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida definitivamente, bem como a liberação da totalidade dos valores retidos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 4 do corrente mês para efeitos de receção definitiva da referida obra. -----
Mais deliberou mandar liberar a totalidade dos valores retidos. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 09 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Associação MG Memorial Mendes Godinho -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3600/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a cedência de viatura pesada de mercadorias para recolha de espólio da Mendes Godinho, conforme solicitado pela Associação MG Memorial Mendes Godinho.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a cedência da viatura. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – CEDÊNCIA DE ESTRADOS À SOCIEDADE FILARMÓNICA GUALDIM PAIS -----



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3427/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, ao abrigo do n.º 3 ao artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou o empréstimo de seis estrados de madeira à Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, conforme solicitado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a referida cedência.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 11 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo 472/DIVER/DGT/2017 relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico denominado Figueirinhas, inscrito na matriz sob o artigo n.º 190, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular a herança aberta por óbito de Augusto Lopes de Lima, entre João Paulo Miguel de Lima Caetano e Hélder Alexandre Miguel de Lima, com informações n.ºs 6837/2017 e 6899/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 190, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo 445/DIVER/DGT/2017 relativo pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico denominado Serrada, inscrito na matriz sob o artigo n.º 186, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular a herança aberta por óbito de Augusto Lopes de Lima, entre Maria da Conceição Miguel e Joaquim António Miguel de Lima, com informações n.ºs 6833/2017 e 6901/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer



favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 186, secção 1Q, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo 446/DIVER/DGT/2017 relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Vale Riacho, inscrito na matriz sob o artigo n.º 185, secção 1N, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Maria da Conceição Miguel, entre José Augusto Miguel de Lima e Anabela da Conceição Miguel de Lima, com informações n.ºs 6838/2017 e 6900/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 185, secção 1N, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

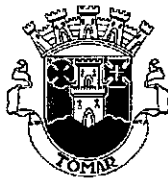
DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 14 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Ana de Jesus Simões Antunes -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º. 2271/2017 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a homologação do Executivo Municipal o relatório de avaliação de parcela de terreno com a área total de 662,50 metros quadrados a retirar ao prédio rústico sito em Carril, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 28-G e descrito na CRP sob o n.º 2720, propriedade de Ana de Jesus Simões Antunes, necessário à obra dos novos acessos à Ponte do Carril, elaborado pelo Eng.º António Sérgio Campelo, perito avaliador da Lista Oficial da Justiça, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o relatório de avaliação da referida parcela, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – EXECUÇÃO DA PONTE DO CARRIL – avaliação de parcela de terreno propriedade de Eurozêzere, limitada -----



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2267/2017 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a homologação do Executivo Municipal o relatório de avaliação de parcela de terreno com a área total de 745,18 metros quadrados a retirar ao prédio rústico sito em Carril, União das Freguesias de Serra e Junceira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1-P, propriedade de Eurozêzere, limitada, necessário à obra dos novos acessos à Ponte do Carril, elaborado pelo Eng.º António Sérgio Campelo, perito avaliador da Lista Oficial da Justiça, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o relatório de avaliação da referida parcela, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 16 – PREÇO DE VENDA DO CATÁLOGO DE FOTOGRAFIAS DE ANTÓNIO SILVA MAGALHÃES-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1266/2017 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço de venda do catálogo de fotografias elaborado no âmbito da exposição evocativa dos 120 anos da morte de António Silva Guimarães, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar em 6,00€ (seis euros) o preço de venda do referido catálogo, nos termos propostos. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 17 – X TORNEIO INTERNACIONAL DOS TEMPLÁRIOS – apoio dos Bombeiros Municipais-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 946/2017 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais ao X Torneio Internacional dos Templários, conforme solicitado pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----



N.º 18 - UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB – Centro de Integração e Reabilitação de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 652/2017 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da Piscina Municipal Vasco Jacob por utentes do CIRE - Centro de Integração e Reabilitação de Tomar, conforme solicitado.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos da informação, que homologa, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR- Associação de Patinagem do Ribatejo-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 714/2017 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar para treino dos atletas da Associação de Patinagem do Ribatejo, nos dias 28 e 29 de junho, conforme solicitado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos da informação, que homologa, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – APOIO AO X TORNEIO INTERNACIONAL DOS TEMPLÁRIOS-----

Foram presentes propostas do Sr. Vereador Hugo Cristóvão e da Sra. Presidente referentes à informação n.º 593/2017 da Unidade de Desporto e Juventude e à informação n.º 3208/2017 do Departamento de Obras Municipais, respetivamente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de instalações desportivas municipais, nos dias 17 e 18 de junho, para realização do X Torneio Internacional dos Templários, e a ratificação do despacho que, ao abrigo do n.º 3 ao artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a cedência de gasóleo para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, respetivamente, pelos fundamentos apresentados, conforme solicitado. -----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, e ratificar o despacho que autorizou a cedência de gasóleo. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 21 - NOMEAÇÃO DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO ARMAZÉM DE FITOFARMACÊUTICOS DOS SMAS-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 26 de junho do corrente ano, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a nomeação do Eng.º Marco Duarte, afeto ao setor de jardins, como técnico responsável do armazém de fitofarmacêuticos que serve aqueles Serviços Municipalizados e a Câmara Municipal.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou nomear o Eng.º Marco Duarte, afeto ao setor de jardins, como técnico responsável do referido armazém de fitofarmacêuticos, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 – TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTAL EM 2015 E 2016-----

Foi presente, para conhecimento, comunicação recebida da Direção Geral das Autarquias Locais referente à taxa de execução da receita prevista nos orçamentos em 2015 e 2016, em cumprimento do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo quinze horas e quarenta e oito minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal